



## **CADERNO DE ENCARGOS**

---

### **CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO MÓVEL PARA HABITAÇÃO SOCIAL**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

CADERNO DE ENCARGOS

**ÍNDICE**

---

**CAPÍTULO I – Disposições Gerais**

CLÁUSULA 1.<sup>a</sup> - Objeto

CLÁUSULA 2.<sup>a</sup> – Contrato

CLÁUSULA 3.<sup>a</sup> – Prazo

CLÁUSULA 4.<sup>a</sup> – Preço base

**CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais**

**SECÇÃO I – Obrigações do fornecedor**

**SUBSECÇÃO I – Disposições gerais**

CLÁUSULA 5.<sup>a</sup> – Obrigações principais do fornecedor

CLÁUSULA 6.<sup>a</sup> – Conformidade e operacionalidade dos bens

CLÁUSULA 7.<sup>a</sup> – Entrega dos bens objeto do contrato

CLÁUSULA 8.<sup>a</sup> – Inspeção e testes

CLÁUSULA 9.<sup>a</sup> – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

CLÁUSULA 10.<sup>a</sup> – Aceitação dos bens

CLÁUSULA 11.<sup>a</sup> - Garantia técnica

CLÁUSULA 12.<sup>a</sup> - Garantia de continuidade do serviço

**SUBSECÇÃO II – Dever de sigilo**

CLÁUSULA 13.<sup>a</sup> – Objeto do dever de sigilo

CLÁUSULA 14.<sup>a</sup> – Prazo do dever de sigilo

CLÁUSULA 15.<sup>a</sup> Proteção de dados

**SECÇÃO II – Obrigações do Município**

CLÁUSULA 16.<sup>a</sup> - Preço contratual

CLÁUSULA 17.<sup>a</sup> - Condições de pagamento

**CAPÍTULO III – Penalidades contratuais e resolução**

CLÁUSULA 18.<sup>a</sup> - Penalidades contratuais

CLÁUSULA 19.<sup>a</sup> - Força maior

CLÁUSULA 20.<sup>a</sup> – Resolução por parte do contraente público

CLÁUSULA 21.<sup>a</sup> – Resolução por parte do fornecedor

**CAPÍTULO IV – Caução e seguros**

CLÁUSULA 22.<sup>a</sup> – Caução

**CLÁUSULA 23.<sup>a</sup> – Seguros**

**CAPÍTULO V – Resolução de litígios**

**CLÁUSULA 24.<sup>a</sup> – Foro competente**

**CAPÍTULO VI – Disposições finais**

**CLÁUSULA 25.<sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contratual**

**CLÁUSULA 26.<sup>a</sup> – Comunicações e notificações**

**CLÁUSULA 27.<sup>a</sup> – Contagem dos prazos**

**CLÁUSULA 28.<sup>a</sup> – Legislação aplicável**

**ANEXO 1 – Especificações técnicas**

## CADERNO DE ENCARGOS

### Capítulo I

#### Disposições gerais

##### Cláusula 1.ª

##### Objeto

- 1 - O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de mobiliário e equipamento móvel, para a Habitação Social, cujas características, especificações e requisitos técnicos se encontram descritos no **Anexo I** do presente caderno de encargos.
- 2 - O fornecimento será efetuado, em função das necessidades do Município mediante pedido escrito a efetuar pela Divisão de Aprovisionamento e Infraestruturas.
- 3 - O Município de Tavira fica apenas vinculado ao pagamento do número efetivo dos bens fornecidos, não havendo lugar a qualquer tipo de indemnização, caso o descritivo dos bens indicado seja diferente.

##### Cláusula 2.ª

##### Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

**Cláusula 3.ª****Prazo**

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 3 (três) anos ou até que seja atingido o valor máximo de **74 846,00** (*Setenta e quatro mil oitocentos e quarenta e seis euros*), consoante o que ocorrer primeiro lugar, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

**Cláusula 4.ª****Preço base**

O preço base é o preço máximo que o Município de Tavira se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, correspondendo a **€ 74 846,00** (*Setenta e quatro mil oitocentos e quarenta e seis euros*), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, tendo em consideração os preços base unitários indicados no Anexo I do presente Caderno de Encargos.

**Capítulo II****Obrigações contratuais****Secção I****Obrigações do fornecedor****Subsecção I****Disposições gerais****Cláusula 5.ª****Obrigações principais do fornecedor**

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nos artigos contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
  - a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
  - b) Obrigação de garantia dos bens;
  - c) Obrigação de continuidade de fabrico;
  - d) Executar o trabalho adjudicado, com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;

- e) Cumprir as condições fixadas para a execução do trabalho, no convite, caderno de encargos, na proposta apresentada e no contrato a celebrar;

#### Cláusula 6.ª

##### **Conformidade e operacionalidade dos bens**

- 1 - O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Anexo 1** ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
- 2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
- 3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 4 - O fornecedor é responsável perante o Município de Tavira por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

#### Cláusula 7.ª

##### **Entrega dos bens objeto do contrato**

- 1 - O fornecedor tem obrigação de, previamente à entrega dos bens, apresentar lista de mobiliário e equipamento móvel, por cada fogo de Habitação Social visitado conjuntamente com o gestor do processo do Município de Tavira, na fase de execução do contrato. Posteriormente será feita análise, caso a caso, tendo em vista a aceitação ou não dos mesmos pelo Município. Após aprovação da lista o fornecedor terá 30 dias para a entrega e respetiva montagem no local;
- 2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues no respectivo local de montagem, em regime de fornecimento contínuo de acordo com a necessidade manifestada pelo Município de Tavira. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
- 3 - Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
- 4 - Todas as despesas e custos com a remoção dos equipamentos existentes, o transporte dos bens objeto do contrato e respetiva entrega e montagem são da responsabilidade do fornecedor.

**Cláusula 8.ª****Inspeção e testes**

- 1 - Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no Anexo 1 ao presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 2 - A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre a totalidade dos bens, sendo efetuada através de inspeção visual e funcional do mobiliário e equipamento.

**Cláusula 9.ª****Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias**

- 1 - No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Anexo 1 ao presente caderno de encargos, o Município de Tavira deve disso informar, por escrito, o fornecedor.
- 2 - No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Tavira, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
- 3 - Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o Município de Tavira procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

**Cláusula 10.ª****Aceitação dos bens**

- 1 - Caso os testes a que se refere a cláusula 8.ª comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo 1** ao presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 10 dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do fornecedor e do Município de Tavira.
- 2 - Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o Município de Tavira, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações que impendem sobre o fornecedor.

- 3 - A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Anexo 1** ao presente caderno de encargos.

#### Cláusula 11.ª

##### **Garantia técnica**

- 1 - Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de dois anos a contar da data da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no Anexo 1 ao presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
- 2 - A garantia prevista no número anterior abrange:
  - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
  - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - c) A reparação ou substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
  - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
  - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
  - g) A mão-de-obra.
- 3 - No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o Município de Tavira tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.
- 4 - A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Tavira e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

#### Cláusula 12.ª

##### **Garantia de continuidade de fabrico**

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo de dois anos, a contar da respetiva entrega.

#### Subsecção II

##### **Dever de Sigilo e Proteção de Dados**



Cláusula 13.<sup>a</sup>

**Objeto do dever de sigilo**

- 1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Tavira, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.<sup>a</sup>

**Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 15.<sup>a</sup>

**Proteção de dados**

O adjudicatário fica expressamente vinculado ao dever de confidencialidade e não utilização de quaisquer dados pessoais a que tenha acesso, salvo para efeitos da estrita execução do contrato, nos termos do disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação complementar, dever este que abrange a totalidade dos trabalhadores e outros colaboradores afetos ao adjudicatário.

Secção II

**Obrigações do Município de Tavira**

Cláusula 16.<sup>a</sup>

### Preço contratual

- 1 - Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Tavira, deve pagar ao fornecedor os preços unitários constante da proposta adjudicada, até aos limites máximos constantes na cláusula 4ª, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido;
- 2 - O preço referido no n.º1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
- 3 - O fornecedor tem obrigação de previamente apresentar lista de mobiliário e equipamento móvel, por cada fogo de Habitação Social ao Município de Tavira, na fase de execução do contrato. Será feita análise, caso a caso, tendo em vista a aceitação dos mesmos pelo Município. O Município de Tavira reserva-se no direito de não aceitar o equipamento sugerido.

### Cláusula 17.ª

#### Condições de pagamento

- 1 - As quantias devidas pelo Município de Tavira, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Tavira das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 - As faturas devem ser emitidas por fogo de habitação.
- 3 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
- 4 - Em caso de discordância por parte do Município de Tavira, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

### Capítulo III

#### Penalidades contratuais e resolução

### Cláusula 18.ª

#### Penalidades contratuais

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Tavira pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 1% do valor do fornecimento por cada dia de atraso;
- 2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Tavira pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
- 3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a resolução do contrato.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Tavira tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
- 5 - O Município de Tavira pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Tavira exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### Cláusula 19.<sup>a</sup>

##### **Força maior**

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 20.<sup>a</sup>

##### **Resolução por parte do contraente público**

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Tavira pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Tavira.

#### Cláusula 21.<sup>a</sup>

##### **Resolução por parte do fornecedor**

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:
  - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
- 2 - O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 25.<sup>a</sup>.
- 3 - Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Tavira, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso, nesse prazo, acrescido dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

## Capítulo IV

### **Caução e Seguros**

#### Cláusula 22.ª

##### **Caução**

Não será exigida a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 23.ª

##### **Seguros**

- 1 - É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao desenvolvimento da atividade e dos danos ou prejuízos causados pelo seu exercício.
- 2 - O Município de Tavira pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-los no prazo de 10 dias.

## Capítulo V

### **Resolução de litígios**

#### Cláusula 24.ª

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

## Capítulo VI

### **Disposições finais**

#### Cláusula 25.ª

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 26.ª

##### **Comunicações e notificações**

CONSULTA PRÉVIA - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO MÓVEL PARA HABITAÇÃO SOCIAL

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 27.ª

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 28.ª

**Gestor do contrato**

Nos termos previstos no artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução será *Sílvia Maria Gonçalves Bento*.

Cláusula 29.ª

**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

**ANEXO 1**

**Especificações Técnicas**

Código	Designação	Unidade	Preço Base	Quantidade Estimada	Total
<b>CAP. I EQUIPAMENTOS</b>					
1.1	Módulo do armário inferior da cozinha, com duas portas em contraplacado marítimo, constituído por: caixote construído em aglomerado de madeira folheado a melamina branca; porta em contraplacado marítimo				
1.1.1	(0,70x1,00)m	un	200 €	10	2 000 €
1.1.2	(0,70x0,90)m	un	195 €	10	1 950 €
1.1.3	(0,70x0,80)m	un	190 €	10	1 900 €
1.2	Módulo do armário inferior da cozinha com uma porta em contraplacado marítimo, constituído por: caixote construído em aglomerado de madeira folheado a melamina branca; porta em contraplacado marítimo				
1.2.1	(0,70x1,0)m	un	150 €	10	1 500 €
1.2.2	(0,70x0,60)m	un	130 €	10	1 300 €
1.2.3	(0,70x0,50)m	un	100 €	10	1 000 €
1.2.4	(0,70x0,45)m	un	100 €	10	1 000 €
1.2.5	(0,70x0,40)m	un	90 €	10	900 €
1.3	Módulo do armário inferior da cozinha para forno, com, constituído por: caixote construído em aglomerado de madeira folheado a melamina branca; porta em contraplacado marítimo				
1.3.1	(0,70x0,60)m	un	80 €	10	800 €
1.4	Módulo do armário inferior da cozinha com cinco gavetas em contraplacado marítimo, constituído por: caixote construído em aglomerado de madeira folheado a melamina branca; porta em contraplacado marítimo				
1.4.1	(0,70x0,50)m	un	180 €	10	1 800 €
1.4.2	(0,70x0,45)m	un	160 €	10	1 600 €
1.4.3	(0,70x0,40)m	un	180 €	10	1 800 €
1.5	Módulo do armário inferior da cozinha com uma gaveta, em contraplacado marítimo com, constituído por: caixote construído em aglomerado de madeira folheado a melamina branca; porta em contraplacado marítimo				0 €
1.5.1	(0,30x0,60)m	un	90 €	10	900 €
1.6	Módulo do armário superior da cozinha com duas portas em contraplacado marítimo, com, constituído por: caixote construído em aglomerado de madeira folheado a melamina branca; porta em contraplacado marítimo				
1.6.1	(0,70x1,00)m	un	140 €	10	1 400 €
1.6.2	(0,70x0,90)m	un	110 €	10	1 100 €
1.6.3	(0,70x0,80)m	un	120 €	10	1 200 €
1.6.4	(0,70x0,70)m	un	110 €	10	1 100 €
1.6.5	(0,70x0,60)m	un	92 €	10	920 €
1.7	Módulo do armário superior da cozinha com uma porta, em contraplacado marítimo, constituído por: caixote construído em aglomerado de madeira folheado a melamina branca; porta em contraplacado marítimo				
1.7.1	(0,70x0,60)m	un	92 €	10	920 €
1.7.2	(0,70x0,50)m	un	76 €	10	760 €
1.7.3	(0,70x0,45)m	un	72 €	10	720 €
1.7.4	(0,70x0,40)m	un	72 €	10	720 €
1.7.5	(0,70x0,35)m	un	70 €	10	700 €
1.7.6	(0,50x0,60)m	un	80 €	10	800 €
1.8	Módulo do armário superior da cozinha com para esquentador, com, constituído por: caixote construído em aglomerado de madeira folheado a melamina branca; porta em contraplacado marítimo				
1.8.1	(0,70x0,50)m	un	65 €	10	650 €
1.8.2	(0,70x0,40)m	un	65 €	10	650 €
1.9	Lateral modulo de armário da cozinha em aglomerado de melamina branca				
1.9.1	(0,60x0,90)	un	15 €	5	75 €
<b>CAP. II VÃOS</b>					
2.1	Porta de armários de cozinha em contraplacado marítimo				
2.1.1	(0,75x0,35)m	un	25 €	5	125 €
2.2	Vão completo de janela em madeira maciça, com vidro transparente				
2.2.1	(1,15 x 0,85 x 0,07)m	un	310 €	5	1 550 €
2.4	Vão completo de janela basculante em madeira maciça				



2.3.1	(0,45 x 0,45x 0,07)m	un	170 €	5	850 €
					0 €
<b>2.4</b>	<b>Frente com 4 portas de correr para maleiro em madeira maciça</b>				
2.4.1	(2,40x0,50)m	un	260 €	10	2 600 €
<b>2.5</b>	<b>Frente em contraplacado marítimo</b>				
2.5.1	(0,70x0,60)m	un	25 €	5	125 €
<b>2.6</b>	<b>Aro em com 2 portas com em contraplacado marítimo</b>				
2.6.1	(0,70x1,10)m	un	170 €	10	1 700 €
2.6.2	(0,65x0,75)m	un	150 €	10	1 500 €
<b>2.7</b>	<b>Moldura em L para porta de madeira</b>				
2.7.1	(2,00 x0,75x 0,07)m	un	45 €	5	225 €
<b>2.8</b>	<b>Conjunto de molduras para aro revestidas com folha de madeira maciça, para porta interior</b>				
2.8.1	(2,00x1,00x0,07)m	un	60 €	5	300 €
<b>2.9</b>	<b>Aro contraplacado, revestido a folha de madeira maciça, para porta interior</b>				
2.9.1	(2,00x1,00x0,14)m	un	160 €	5	800 €
<b>2.10</b>	<b>Perna de modura (tipo perfil tapa juntas) para bastidor de porta interior com 7 cm em contraplacado revestido a madeira maciça</b>				
2.10.1	(2,00x0,07)m	un	10 €	5	50 €
<b>2.11</b>	<b>Aro em madeira maciça do tipo a escolher em fase de orçamento</b>				
2.11.1	(2,00x0,80x0,07)m	un	240 €	5	1 200 €
<b>2.12</b>	<b>Perna para aro de porta em madeira maciça</b>				
2.12.1	(2,00x0,065x0,035)m	un	130 €	5	650 €
2.12.2	(1,10x0,065x0,035)m	un	120 €	5	600 €
<b>2.13</b>	<b>Moldura para porta com uma folha de abrir em madeira maciça</b>				
2.13.1	( 2,00x1,00)m	un	45 €	5	225 €
<b>2.14</b>	<b>Moldura para porta</b>	un	30 €	10	
<b>2.15</b>	<b>Porta de entrada com uma folha de abrir em madeira maciça</b>				
2.15.1	(2,00x0,90)m	un	250 €	10	2 500 €
<b>2.16</b>	<b>Porta com uma folha de abrir em madeira maciça, com vidro de 5 mm e almofada</b>				
2.16.1	(1,95x0,47x0,035)m	un	420 €	5	2 100 €
<b>2.17</b>	<b>Folha de janela em madeira maciça com vidro de 5 mm</b>				
2.17.1	(1,05x0,47x0,035)m	un	210 €	10	2 100 €
2.17.2	(0,34x0,34x0,035)m	un	80 €	10	800 €
<b>2.18</b>	<b>Fecho cremone com varetas</b>		45 €	5	225 €
<b>2.19</b>	<b>Socalo para porta (tipo pincadeira) em madeira maciça</b>			5	
2.19.1	(0,90x2,00)m	un	30 €	10	300 €
<b>2.20</b>	<b>Puxador em inox para porta interior</b>	un	17 €	20	340 €
<b>2.21</b>	<b>Puxador metálico para porta de roupeiro</b>	un	5 €	20	100 €
<b>2.22</b>	<b>Fechadura de embutir para porta interior</b>	un	15 €	25	375 €
<b>2.23</b>	<b>Fechadura de sobrepôr com trancas 12 DIR, do tipo Rodes ou equivalente.</b>	un	170 €	25	4 250 €
<b>2.24</b>	<b>Esquadro metálico para porta de entrada</b>	un	38 €	25	950 €
<b>2.25</b>	<b>Sistema completo de correr para roupeiro de 4 portas</b>	un	180 €	10	1 800 €
<b>2.26</b>	<b>Módulo para roupeiro em madeira maciça com três gavetas.</b>				
2.26.1	(0,9x0,08x0,80)m	un	140 €	10	1 400 €
<b>CAP. III</b>	<b>DIVERSOS</b>				0 €
<b>3.1</b>	<b>Rodapé</b>				
3.1.1	Rodapé em chapa de alumínio adonizado	un	16 €	100	1 600 €
3.1.2	Rodapé contraplacado com melamina carvalho	un	4 €	100	390 €
<b>3.2</b>	<b>Rodatampo com cantos em chapa de alumínio adonizado</b>	un	8 €	100	800 €
<b>3.3</b>	<b>Cantos em chapa de alumínio adonizado</b>	un	3 €	100	300 €
<b>3.4</b>	<b>Tampo para bancada para cozinha em postforming cor granito, com 3cm de espessura, polida, com rasgos para escoamento da água da lavagem da loiça e recortes para encaixe e encastramento da placa do fogão e cuba do lava loiça</b>	un	50 €	150	7 500 €
<b>3.5</b>	<b>Cuba+escorredor de embutir por baixo, quadrada, em aço inox</b>	un	90 €	23	2 070 €
<b>3.6</b>	<b>Torneira misturadora de banca para cozinha, em aço inox</b>	un	75 €	23	1 725 €
<b>3.7</b>	<b>Ripas de madeira maciça aparelhada e moldada</b>	un			
3.7.1	(1,50x0,75x0,035)m	un	14 €	10	144 €
3.7.2	(1,70x0,05x0,035)m	un	11 €	10	110 €
3.7.3	(2,00x0,04x0,035)m	un	10 €	10	101 €
3.7.4	(2,00x0,75x0,035)m	un	20 €	10	202 €

**74 846 €**